

FICHA TÉCNICA

Título original: *Como Si Fa Una Tesi Di Laurea*

Autor: *Umberto Eco*

Copyright © RCS Libri, S.p.A. – Milano Bompiani 1977 – 2011

Tradução © Editorial Presença, Lisboa, 1997

Tradução: *Ana Falcão Bastos e Luís Leitão*

Imagem da capa: *Shutterstock*

Composição, impressão e acabamento: *Multitipo – Artes Gráficas, Lda.*

1.ª edição, Lisboa, janeiro, 1980

19.ª edição, Lisboa, setembro, 2015

Depósito legal n.º 305 957/10

Reservados todos os direitos

para Portugal à

EDITORIAL PRESENÇA

Estrada das Palmeiras, 59

Queluz de Baixo

2730-132 Barcarena

info@presenca.pt

www.presenca.pt

ÍNDICE

PREFÁCIO À 2. ^a EDIÇÃO PORTUGUESA	11
INTRODUÇÃO	23
I. O QUE É UMA TESE E PARA QUE SERVE	31
I.1. Porque se deve fazer uma tese e o que é.....	31
I.2. A quem interessa este livro	34
I.3. De que modo uma tese serve também para depois da licenciatura .	36
I.4. Quatro regras óbvias	37
II. A ESCOLHA DO TEMA	39
II.1 Tese monográfica ou tese panorâmica?	39
II.2. Tese histórica ou tese teórica?	44
II.3. Temas antigos ou temas contemporâneos?	46
II.4. Quanto tempo é preciso para fazer uma tese?.....	48
II.5. É necessário saber línguas estrangeiras?	53
II.6. Tese «científica» ou tese política?	57
II.7. Como evitar deixar-se explorar pelo orientador	75
III. A PROCURA DO MATERIAL	78
III.1. A acessibilidade das fontes	78
III.2. A investigação bibliográfica	87
IV. O PLANO DE TRABALHO E A ELABORAÇÃO DE FICHAS	138
IV.1. O índice como hipótese de trabalho	138
IV.2. Fichas e apontamentos	146

V. A REDAÇÃO	177
V.1. A quem nos dirigimos	177
V.2. Como se fala.....	179
V.3. As citações	188
V.4. As notas de rodapé	200
V.5. Advertências, ratoeiras, costumes	213
V.6. O orgulho científico	217
VI. A REDAÇÃO DEFINITIVA	220
VI.1. Critérios gráficos	220
VI.2. A bibliografia final	240
VI.3. Os apêndices	243
VI.4. O índice	245
VII. CONCLUSÕES	250
BIBLIOGRAFIA SELETIVA	253

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1	
Resumo das regras para a citação bibliográfica	114
QUADRO 2	
Exemplo de ficha bibliográfica	116
QUADRO 3	
Obras gerais sobre o Barroco Italiano identificadas através do exame de três elementos de consulta	124
QUADRO 4	
Obras particulares sobre tratadistas italianos do século XVII identifi- cadas através do exame de três elementos de consulta.....	125
QUADRO 5	
Fichas de citação	152
QUADRO 6	
Ficha de ligação	154
QUADRO 7-14	
Fichas de leitura	160-172
QUADRO 15	
Exemplo de análise continuada de um mesmo texto	197
QUADRO 16	
Exemplo de uma página com o sistema citação-nota	205
QUADRO 17	
Exemplo de bibliografia <i>standard</i> correspondente.....	206
QUADRO 18	
A mesma página do quadro 16 reformulada com o sistema autor-data .	211
QUADRO 19	
Exemplo de bibliografia correspondente com o sistema autor-data	212
QUADRO 20	
Como transliterar alfabetos não latinos	230

QUADRO 21	
Abreviaturas mais usuais para utilizar em nota ou no texto.....	234
QUADRO 22	
Modelos de índice.....	247

PREFÁCIO À 2.^a EDIÇÃO PORTUGUESA

A publicação em português deste livro de Umberto Eco permite ver o conjunto de problemas que a metodologia da investigação atual levanta e fazer compreender a importância das suas tendências no avanço da ciência e na conservação do saber. Encarada à luz das suas mutações teóricas, ou estudada na sua complexa estruturação, ou, finalmente, na sistematização dos seus modos de operar, essa reflexão é um contributo importante para reformular muitas atitudes acomodadas do fazer a ciência, que se comprazem na eternização do já feito.

A criação científica é uma atividade e uma instituição. Como atividade, designa o processo de investigação que leva o investigador a produzir a obra científica. Como instituição, é uma estrutura constituída por três elementos: o sujeito, o objeto e o meio. Ao longo dos tempos, estes aspetos foram evoluindo, designando a associação ou a dissociação quer dos mesmos quer de algumas das suas partes diversos movimentos da investigação científica.

Caso nos atenhamos exclusivamente à evolução que se processou nas ciências humanas, e a restringirmos ao nosso século, podemos distinguir três movimentos importantes: um que se polarizou em torno do sujeito da investigação, outro que gira em torno do objeto investigado e finalmente um terceiro que pretende manter um justo equilíbrio no processo da criação científica entre o sujeito e o seu objeto. Todos eles revelam preocupações teóricas diferentes, mas convergem na inquietação comum de tornar possível a ciência através da elaboração e aperfeiçoamento dos métodos.

Existem, com efeito, três movimentos distintos na evolução da metodologia da investigação. O primeiro, que tem como teorizadores

*Sertillanges, Ghellinck e Guitton*¹, sobrevaloriza o papel do sujeito na estrutura da criação científica em detrimento da metodologia da investigação. A questão fundamental torna-se, assim, «a da existência» de um clima espiritual que preexiste e determina a criação a que o sujeito deve aspirar. Daí que o decisivo seja esta aspiração manifestada sob a forma de vocação intelectual, uma vez que é dela e do esforço que ela pode virtualmente despendar na conquista de um campo de trabalho, onde a cultura geral fecunda a especialidade, na construção dum tempo interior ao abrigo dos assaltos das preocupações dispersivas, de que depende a revelação do talento e do génio, nos momentos de plenitude duma vida consagrada ao trabalho científico. O talento do investigador e o seu natural intuicionismo fazem relegar os métodos de trabalho para um plano menor, secundário e reduzido, pois, para além das superiores capacidades intelectuais, ele pode dispor de vários meios práticos (desde os seminários práticos até ao convívio esmeradamente selecionado), que ensinam a trabalhar ensinando como se fazem as coisas.

Neste contexto, a obra surgia, como a obra-prima medieval na sua perfeição magistral, a coroar um longo percurso, no qual estavam envolvidas muitas horas de trabalho de investigação essencial, que só uma instituição de tipo tradicional poderia patrocinar, uma vez que ela exige agentes humanos altamente qualificados e condições objetivas de estudo extremamente complexificadas.

Por ser o sujeito da investigação indispensável para o desenvolvimento da ciência, não é menor a importância do seu objeto. O conhecimento das condições da sua existência e dos modos da sua abordagem tanto asseguram boa parte da sua acessibilidade, como determinam as regras da sua reconstrução teórica.

Ora já nos ambientes científicos atrás descritos a obra de Ghellinck chamara a atenção para a importância decisiva da elaboração de certos trabalhos práticos (recensões críticas) que fornecessem ao

¹ Antonino Dalmácio Sertillanges, *A vida intelectual. Espírito, condições, métodos*, Coimbra, Arménio Amado Ed. Suc., 1957; J. de Ghellinck, *Les exercices pratiques du «Séminaire» en théologie*, 4.^a ed., Paris, Desclée du Brouwer et Cie., 1948 e Jean Guitton, *Le travail intellectuel, conseils à ceux qui étudient et à ceux qui écrivent*, Paris, ed. Montaigne, 1951.

estudante um conjunto de regras práticas de trabalho, anunciando desta forma o fim dum impressionismo responsável por tantas verdades apressadas e pouco amadurecidas. Mas foram, sem dúvida, as Directives pour la confection d'une monographie scientifique de Fernand Van Steenberghen² que inauguraram o segundo movimento da metodologia da investigação sob o signo do objeto.

Com efeito, a obra de Van Steenberghen centra-se exclusivamente no estudo analítico e sistemático da composição duma monografia científica no âmbito da filosofia medieval. Destinando-se a servir de iniciação à investigação de um objeto delimitado, descreve os passos essenciais que permitem, no contexto da investigação, descobrir a verdade e enuncia as regras fundamentais que ajudam, no contexto da exposição, a transmitir as descobertas.

A metodologia da investigação de Van Steenberghen contrapõe-se por dois modos à conceção anterior. Em primeiro lugar, pela importância que confere ao objeto da pesquisa num duplo sentido, o da sua dependência duma esfera científica particular e o da indispensabilidade de métodos para o apreender e expor teoricamente. Em segundo lugar, pela conceção de investigador que comporta, pois trata-se de um especialista em formação que deve apetrechar-se com uma ferramenta intelectual — os modos de operar — para resolver problemas inscritos num território concretamente definido a desbravar planificada e metodicamente.

É da redução e unilateralização desta fase metodológica que vivem os Style Manuals and Guide americanos³. Preocupados em resolver os vários tipos de trabalho científico e encarando-os de uma forma meramente atomista, os autores americanos deram-lhes uma solução quase receituário de todos os elementos que entram na composição duma monografia determinada. Entra-se, assim, num período em que se perde de vista a metodologia geral⁴ para mergulhar num atomismo

² 3.^a ed., Louvain/Paris, ed. Béatrice Nawelaert, 1961.

³ William Giles Campbell, Stephen Vaughan Ballou, *Form and Style. Theses, Reports, Term papers*, 5.^a ed., Boston, Houghton Mifflin Company, 1979.

⁴ Wood Gray and others, *Historian's Handbook: A Key to the Study and Writing of History*, Boston, Houghton Mifflin Company, 1964 e Demar Irvins, *Writing about music: A style book for Reports and Theses*, Seattle, University of Washington Press, 1968.

de metodologia especializada. Todavia, algumas destas obras tiveram o mérito de, pela sua profunda especialização, resolver e uniformizar alguns problemas intrincados referentes à bibliografia, à tipologia da fichagem ou ao estilo gráfico, dando forma de dicionário às fórmulas encontradas.

Se é verdade que da delimitação da metodologia à iniciação científica decorreram aspetos importantes e até decisivos para o progresso da ciência, dos seus excessos saíram algumas desvantagens que se circunscrevem no empobrecimento da teorização geral e especial. Não há metodologia de investigação como fim em si, divorciada da metodologia especial e geral.

E com isto passamos naturalmente ao terceiro movimento da metodologia da investigação, que visa equilibrar os elementos subjetivos e objetivos no processo da criação e da investigação científicas. Autores como Asti Vera, Armando Zubizarreta e Ângelo Domingos Salvador⁵ visam nas suas propostas teóricas reavaliar a estrutura e o processo da criação científica instalando-a no coração da criação cultural, a fim de, harmonizando a teoria com a prática, o estudo com a investigação, criarem os pressupostos do trabalho científico numa conceção nova da formação universitária que deve processar-se como um todo contínuo e progressivo, pois «a estudar, a escrever ou a investigar só se aprende no exercício dessas tarefas»⁶.

Entre as séries de textos em que se revelaram os três movimentos da metodologia da investigação, tomadas globalmente, há não só evolução como mudança de terreno e preocupações novas. Trouxemos para primeiro plano os aspetos de mudança que constituem as linhas de força das atuais tendências. Todavia, agora, importa determo-nos mais atentamente no último desses movimentos para lhe determinar a estrutura comum e as correntes particulares.

⁵ Asti Vera, *Metodología de la investigación*, Madrid, ed. Cincel, 1972; Armando F. Zubizarreta G., *La aventura del trabajo intelectual* (como estudiar y como investigar), Bogotá, Fondo Educativo Interamericano, 1969, e Ângelo Domingos Salvador, *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica. Elaboração de relatório de estudos científicos*, 2.^a ed., Porto Alegre, Liv. Sulina Ed., 1971.

⁶ Armando F. Zubizarreta G., *op. cit.*, p. VII.

Pode afirmar-se que a estrutura comum da atual metodologia da investigação assenta em dois princípios gerais: o da unidade indissociável da metodologia da investigação com a metodologia geral e o da globalidade do processo de formação científica. Ambos os princípios assentam na revisão dos fundamentos da criação científica segundo uma ótica totalizante.

O princípio da unidade da metodologia da investigação com a metodologia geral afirma a dependência tanto no ponto de partida como no ponto de chegada da investigação em relação à ciência, enquanto instância teórica, núcleo essencial que determina a conveniência dos atos daquela (descrição, classificação, etc.) às leis do pensamento. Exprime a constante preocupação de definir a validade dos métodos de investigação, em relação aos pressupostos científicos especiais e gerais.

O princípio da globalidade do processo da formação científica confirma a continuidade entre o método de ensino e o método da investigação, postulando uma formação académica faseada lógico-cronologicamente, de forma a promover no estudante as indispensáveis competências investigativas.

Sobre este segundo princípio, assumido na sua forma concreta de relação da formação geral com a especialização, no seio da totalidade do ensino superior, se dividem as opiniões, podendo distinguir-se duas posições particulares que se opõem. Para Armando Zubizarreta, deve ser privilegiada a formação geral, que abrange as formas tradicionais de estudo (exame, apontamentos), bem como as formas atuais mais diversificadas (resumo de livros, resenha crítica, comunicado científico, resumo de assuntos, ensaio) que implicam um trabalho pessoal, mas sob a ótica recapitulativa, deixando para segundo plano a especialização. Este tipo de prioridade assenta na conceção de formação universitária progressiva, em que sendo a meta final o trabalho monográfico, não deixa de o mediatizar por metas mediatas, estando ele presente em formas menos complexas desde o início até ao fim da formação. Ângelo Domingos Salvador, pelo contrário, privilegia a especialização reduzindo todas as formas mediatizadas do trabalho científico, atrás enunciadas, à dúplice categoria de estudos

recapitulativos e estudos originais acumulando-as no final da formação geral e no decurso da especialização.

Em resumo, à evolução da metodologia da investigação impôs a unidade da formação geral com a especialização, a síntese do saber estudar com o saber investigar, admitindo fórmulas de doseamento vário. Forjou, assim, um meio — o ensino universitário — apto a fazer progredir a ciência sem atraiçoar a conservação e a transmissão do saber.

Criada esta base indispensável para o regular desenvolvimento da ciência, vejamos então como se organiza a atual metodologia da investigação.

A metodologia da investigação estrutura-se em dois momentos diferenciados e interdependentes. O primeiro é o da descoberta da verdade, que agrupa todos os atos intelectuais indispensáveis à formulação e resolução do problema estudado. Enquanto o segundo diz respeito à transmissão da verdade descoberta, com todos os problemas que o sistema da composição levanta. Ambos os momentos implicam não só operações cognitivas específicas como designam uma ordem cronológica de abordagens que lhes garante a validade científica.

Dois são os contextos em que se desdobra o primeiro momento da investigação — o contexto da descoberta e o contexto da justificação.

O contexto da descoberta é o caminho que se inicia com a formulação do problema e se encerra com a investigação das soluções. Abre-se, assim, com a arte de pôr problemas, que requer um longo convívio com os objetos e campos teóricos das disciplinas que professamos, pois ela é a intuição aclimatada no território dos modos de ver o semelhante nas diferenças. Desenvolve-se depois através das várias operações que se reúnem sob a designação da investigação das soluções e que agrupam a leitura e a técnica de registo. A leitura, que durante muito tempo havia passado despercebida, tornou-se, com as investigações recentes, o lugar privilegiado da investigação das soluções. É evidente que se ela se encontra na base da apreensão do material bibliográfico, exige, em consequência, uma competência diversificada e aprofundada, e condiciona todas as operações intelectuais ulteriores. Sem uma leitura adequada e rigorosa não se encontram reunidos os pressupostos do registo, que caminha para uma

clarificação e padronização indispensáveis à formação de um clima de objetividade e seriedade intelectual num país de reduzida tradição científica. E, finalmente, realiza-se como um programa que tem como limite a perícia de formular problemas e a competência de acumular soluções, resultado de adequado e progressivo adestramento, ao nível dos estudos recapitulativos, que foi através de estratégias calculadas e judiciosamente distribuídas sobre o tempo da formação geral, reduzindo os fatores da incerteza que pairavam sobre a compreensão dos problemas, as formas de ler e as técnicas de registar.

Recolhidos os dados, importa apreciar a sua validade. E com isto entramos no contexto da justificação, que define dois tipos de tarefas opostas. Há que evitar as falácias que se fazem passar por explicações, eis em que consiste a perseguição ao erro. E temos de apurar, classificar, justificar e provar os dados, os factos, as afirmações de tal modo que os que forem retidos sejam aqueles que atravessaram positivamente estes filtros lógico-rationais. Todas estas capacidades intelectuais exigem uma longa maturação e uma formação lógica e filosófica profunda para permitir ao estudante distinguir na tessitura do discurso da argumentação onde o nível do discurso polémico acaba para dar lugar ao nível do discurso lógico-científico.

A expressão, segundo momento da metodologia da investigação, é o esforço de síntese dialética da ideia com os meios da representação. Foi Othon Moacyr Garcia que insistiu sobre esta característica específica da transmissão da verdade chamando a atenção para o facto de o ato de escrever não poder realizar-se sem o concurso do ato de pensar.

Essa interdependência obriga a percorrer um longo caminho que, iniciado por um texto-base, aperfeiçoado através das revisões, termina num texto definitivo onde a adequação entre o conteúdo e a forma se encontram pelo menos ao nível satisfatório. E uma e o outro designam um campo teórico de abordagens sobre os ingredientes fundamentais da exposição.

Na verdade, o problema essencial da redação científica consiste em adequar ao quadro, que resulta da unificação teórica da descoberta da verdade, uma expressão linguística coerente que permita transmitir a verdade de uma forma inteligível. Importa primeiramente resolver, no

plano do pensamento, o problema da multiplicidade dos factos através duma rigorosa unificação do conteúdo de tal forma que as generalizações científicas subsumam os dados concretos. Depois de criada a estrutura de conteúdo, urge encontrar a forma coerente e adequada entre os vários meios de expressão pela determinação do âmbito semântico da palavra e pela respetiva subordinação à monosemia.

Na encruzilhada do encontro da palavra com a ideia surge e cimenta-se a unidade expressiva da linguagem científica. Unidade que regula a função do seu uso, determina as suas características gerais, estabelece a condição indispensável do seu exercício. A linguagem científica é informativa, pois o seu uso destina-a a transmitir a verdade. Por força desse uso ela deve tornar-se objetivada, precisa e desambiguizada; preferindo o sentido denotativo, deve determiná-lo no âmbito da extensão e da compreensão. A clareza é a condição da sua existência, pois permite traduzir a complexidade das relações causais nos seus diversos níveis. A linguagem científica, em suma, tendo por objeto a verdade inteligível, deve criar os mecanismos e dispositivos linguísticos capazes de transmitir com a máxima inteligibilidade.

Para realizar os objetivos atrás descritos, a redação científica possui um sistema de composição que abrange três campos distintos e de progressiva complexificação: o da constelação das ideias, o da estruturação das sequências e o do estilo científico.

O campo da constelação das ideias define as operações tendentes à determinação do sentido das palavras em si e no contexto em que são usadas e à inserção da palavra em unidades linguísticas mais vastas. Implica o desenvolvimento da capacidade analítica através da escolha da palavra apropriada para o conceito objetivo, obrigando a uma constante depuração das palavras provenientes de horizontes vocabulares diferentes (desde o léxico comum até ao léxico científico especializado) a fim de a decantar da ambiguidade em que um uso impróprio a envolveu. Além disso, o processo da inserção da palavra em unidades como a frase ou o parágrafo exige operações analíticas e sintéticas bastante desenvolvidas para, sem comprometer o seu sentido denotativo inicialmente isolado fora do contexto, a tornar um veículo apto à expressão das clivagens do pensamento quer nas suas ideias

essenciais, principais e secundárias, quer nas relações de sucessão, paralelismo e oposição adentro do desenvolvimento de cada parágrafo.

Interessa realçar, particularmente, a importância do parágrafo como unidade significativa de expressão e lançar as linhas gerais da sua definição. De acordo com Othon Moacyr Garcia, «o parágrafo é uma unidade de composição constituída por um ou mais de um período, em que se desenvolve ou se explana determinada ideia central, a que geralmente se agregam outras, secundárias mas intimamente relacionadas pelo sentido»⁷. Torna-se, pois, a forma de expressão de uma capacidade excepcional para cingir uma ideia ou um raciocínio a uma unidade facilmente analisável. A sua composição admite, via de regra, três partes: um tópico frasal, em que se expressa a ideia geral; um desenvolvimento no qual se desdobram e especificam as ideias enunciadas; e uma conclusão em que se reafirma o sentido geral.

Por sua vez, o campo da estruturação das sequências comporta as normas gerais que permitem tanto ordenar as ideias longitudinalmente num esquema quer geral quer particular (o capítulo), seguindo o dispositivo orientador dos lugares estratégicos do texto (introdução, desenvolvimento e conclusão), como regular as relações entre as ideias verticalmente de maneira a tornar no espaço discursivo reconhecíveis os conteúdos semânticos e o seu tipo de relacionismo. Por um lado, o desdobrar das ideias no desenvolvimento obedece a regras associativas, opositivas ou silogísticas conforme as opções consentidas pelo plano escolhido e pelo assunto a expor, determinando, em consequência, a estratégia da escrita a seguir na estrutura particular que é o capítulo, devendo em ambos os casos procurar incansavelmente a diversidade de fórmulas. Por outro lado, o discurso científico exige, para assegurar a sua clareza específica, que as redes nocionais em que ele se consubstancia assentem em relações causais, claramente presas a ideias e factos, de forma a reduzir ao mínimo o carácter paradoxal de que se reveste a transmissão do conhecimento científico, devido à infiltração insidiosa do sentido conotativo nos seus enunciados.

⁷ Othon Moacyr Garcia, *Comunicação em prosa moderna. Aprender a escrever, aprendendo a pensar*, 2.^a ed., Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1962, p. 185.

O estilo científico ocupa finalmente as experiências da expressividade em ordem a conferir-lhe um cunho especial. O campo de fundo em que se deve mover é o cognoscitivo, pois em nenhuma das suas combinações das formas particulares da expressão pode comprometer o objetivo essencial da linguagem científica. Há assim um estilo acadêmico, um estilo filosófico, que não poderá infringir as fronteiras que a tradição das ciências e o bom senso determinam.

E com isto passamos aos dispositivos semióticos que permitem por uma acertada dosagem reforçar a eficácia da comunicação científica. Entre os inúmeros códigos a que se pode recorrer, nas diversificadas realizações do discurso científico (desde o discurso heurístico até ao discurso da vulgarização) há dois tipos de códigos a nortear as possibilidades de opções: o linguístico e o icónico. Neste incluem-se todos os esquemas e ilustrações que, reforçando a clareza dos textos, comprometem por vezes o sentido de rigor. De mais vasta utilização são os códigos linguísticos que permitem expressar, nas formas de análise, síntese, citações, notas de rodapé, etc., todas as ideias que uma comunicação científica comporta.

Ora todas as operações intelectuais que acima descrevemos representam o limite da formação universitária. Para atingir o grau de competência que elas pressupõem, adentro da conceção atual da metodologia da investigação, a formação geral universitária deveria ser faseada de tal modo que a prática da escrita nela se inscrevesse em todas as suas formas (análise, resumo, síntese, comentário, dissertação, etc.,) para apetrechar o estudante com as técnicas de expressão escrita mais importantes.

O discurso científico, por isso, exprime a luta pela expressão coerente e adequada da verdade inteligível, tendência virtual do encontro da palavra com a ideia na encruzilhada do rigor.

Aclaradas as linhas de força da atual metodologia da investigação pela convergência da dúplice ótica evolutiva e sistemática em que foram esquematicamente tratadas, importa indagar qual é o lugar que a presente obra de Umberto Eco vem ocupar.

Embora elaborada num contexto muito concreto e visando dar resposta à necessidade de formação de professores, na Itália do

pós-guerra, essa obra teve o mérito de se tornar o manual dos modos de operar da investigação, sistematizando-os e clarificando-os nas suas formas fundamentais.

Essa inovação poderá verificar-se em especial no que toca à técnica de registo e, em menor grau, ao levantamento bibliográfico. Pelo que nos limitaremos a comentar algumas das suas características que se destinam a orientar os leitores da obra.

Na abordagem do levantamento bibliográfico usa-se a estratégia de expor primeiro teoricamente o assunto, para depois o exemplificar praticamente, a fim de ensinar aos estudantes como se usam, com eficácia, os documentos impressos. Numa primeira parte (pp. 74-108) esclarecem-se as noções fundamentais da biblioteconomia (como se organiza e funciona a biblioteca) e da bibliografia (a descrição e classificação dos livros e dos impressos), para, em seguida, ensinar como se elabora uma bibliografia, utilizando num tempo mínimo esse meio e esses documentos. Na segunda parte (pp. 108-134), retoma-se o problema concreto da elaboração de uma bibliografia sobre o «conceito de metáfora na tratadística barroca italiana» na biblioteca de Alessandria para mostrar todos os passos concretos a dar quando se tem de elaborar um trabalho deste género. O encadeamento lógico das tarefas, a exemplaridade dos processos, a racionalização dos tempos tornam, de facto, o levantamento bibliográfico, descrito pelo autor, uma prática investigativa a seguir por todos os que aspiram a reunir com segurança e objetividade (atente-se no papel do controlo cruzado da bibliografia), os materiais para resolverem os problemas que se propõem estudar.

Quanto à técnica de registo, a obra em apreço não só realça a necessidade de disciplinar o trabalho da investigação como também propõe uma tipologia de fichagem operatória e eficaz. Disciplina que se materializa na unificação do processo geral da confeção das fichas, que exige um adestramento na recolha das ideias, pelo desenvolvimento da análise, do resumo e da síntese, mas que se completa pela diversificação dos tipos de fichas (fichas de leitura, fichas temáticas, fichas de autor, fichas de citação, fichas de trabalho), que permitem cingir de mais perto a pluridimensionalidade em que se expressa a documentação. E embora todos estes recursos técnicos venham

exemplificados, privilegia-se um deles, a ficha de leitura que pretende ser uma espécie de registo global, no qual se fundem as técnicas analíticas americanas (ficha bibliográfica, ficha de resumo e ficha de citação), com as técnicas europeias tradicionais, em particular (o apontamento). Essa técnica teria uma dupla finalidade de controlar as microleituras através da sua inserção na macroleitura, funcionando, assim, como critério de verificação dos dados recolhidos quanto aos contextos de que foram isolados, mas não privados. Adverte, desta maneira, o autor para os perigos da mitologia da ficha chamando a atenção sobretudo ao nível da justificação e da expressão, dos limites do seu uso e as miragens a que pode dar origem.

Partindo das preocupações da atual metodologia da investigação, as soluções positivas de Eco, ao nível do registo, prolongam a eficácia das até então usadas e superam-nas na operatoriedade, pois embora elas tenham, há muito, entrevisto aquelas formas concretas jamais lhe deram corpo real com tanta lucidez e igual racionalidade.

Sendo assim, podemos concluir que a atual metodologia da investigação, consagrando a unidade do saber investigar com o saber estudar, promova a uniformização das técnicas de trabalho de molde a desimpedir o caminho da criação científica da pesada herança que o intuicionismo e a improvisação impuseram à prática científica portuguesa. Mas para que esses caminhos frutifiquem é imperioso reformular as condições objetivas e os meios institucionais que enquadram a produção científica, sem o que prolongaremos a utopia da renovação da vida num «reino cadaveroso».

A presente edição foi atentamente revista sobretudo no que respeita ao vocabulário técnico da especialidade e à disposição das vozes (primeira e segunda pessoas do plural) no interior do texto, a fim de lhe conferir o indispensável rigor e restituir a caracterização sintática original.

Além disso, juntou-se-lhe uma bibliografia seletiva que visa prolongar a utilidade e eficácia do próprio texto.

Hamilton Costa

INTRODUÇÃO

1. Escrito inicialmente para evitar a constante repetição das habituais recomendações aos meus alunos, este livro tem tido uma difusão bastante alargada. Estou grato aos meus colegas que ainda hoje o aconselham aos seus alunos, mas sobretudo estou grato àqueles que fora do curso o descobriram por acaso e depois me escreveram dizendo que, graças a estas páginas, encontraram finalmente a força para iniciar ou terminar, as suas teses. Não sei se fiz bem em contribuir para aumentar o número de licenciados, contudo assim foi, e é necessário que eu assuma também essa responsabilidade.

Escrevi este manual pensando nos cursos de humanísticas e, assente na minha experiência pessoal, nos cursos de letras e filosofia, vim a descobrir que o livro se revelou útil a todos, dado que no fundo não aborda conteúdos mas sim a disposição de deitar mãos à obra, seguindo um método razoável. Neste sentido, este livro acabou por ser lido por estudantes de cursos superiores, por alunos candidatos a um curso universitário, e até por alunos do ensino secundário que tinham de elaborar uma pesquisa ou um relatório.

Foi igualmente traduzido para línguas de países onde os requisitos para uma tese são diferentes. Independentemente disto, parece-me que, na globalidade, o conteúdo do texto pode ser aproveitado. E isto não me surpreende, uma vez que em qualquer país no mundo as regras para uma boa pesquisa, seja qual for o grau de complexidade, são as mesmas.

Quando escrevi este livro sugeri que ele pudesse servir não só para uma tese de licenciatura, como até então ela era entendida, mas também para as que viriam a ser as teses de mestrado. A previsão era,

creio, sensata, e hoje sinto-me à vontade para propor estas páginas também a um doutorando (embora espere que quem chega ao doutoramento já tenha aprendido as coisas que eu digo, mas nunca se sabe).

2. Na introdução à primeira edição referi as dificuldades da universidade italiana, que justificaram a publicação de um pequeno livro como o meu para milhares e milhares de estudantes entregues a si próprios. Hoje ficaria muito feliz se tivesse de deitar para o lixo todos os exemplares que ainda pudessem existir e de não ser levado a reeditar mais uma vez o meu manual. Infelizmente, não posso deixar de repetir o discurso de então.

No passado, a universidade era uma instituição de elite. Só era frequentada pelos filhos de pessoas com cursos superiores. Salvo raras exceções, quem estudava tinha todo o tempo à sua disposição. A universidade era concebida para ser frequentada com tranquilidade, algum tempo para o estudo e algum tempo para os «sãos» divertimentos estudantis, ou para as atividades académicas.

As aulas eram uma espécie de conferências com prestígio, após o que os alunos mais interessados se juntavam aos professores e assistentes em seminários — dez, quinze pessoas no máximo.

Ainda hoje em muitas universidades americanas, um curso não tem mais de dez ou vinte alunos (que pagam bem e têm o direito de «usar» o docente sempre que quiserem para tirarem as suas dívidas). Em universidades como Oxford, há um professor, chamado tutor, que se ocupa da tese dum grupo muito reduzido de estudantes (pode até dar-se o caso de se dedicar apenas a um ou dois alunos por ano) e acompanha diariamente o trabalho do aluno.

Se afinal a situação noutros países fosse assim, não teria havido necessidade de fazer reedições todos os anos deste livro — embora alguns dos conselhos que surgem aqui possam servir também para o estudante «ideal» atrás mencionado.

Mas a universidade de hoje é uma instituição de massas. A ela chegam estudantes de todas as classes sociais, provenientes de todos os tipos de escolas, podendo até inscrever-se em cursos de filosofia ou de estudos clássicos provindo dum instituto técnico onde nunca tiveram aulas de grego e, se calhar, nem mesmo de latim. E se é verdade que

o latim de pouco serve para muitos tipos de atividades, é sem dúvida muito útil para quem estuda filosofia ou letras.

Alguns cursos têm milhares de alunos inscritos. Dos quais, o professor conhece melhor ou pior uns trinta, os mais assíduos, e auxiliado pelos seus assistentes consegue que uma centena deles trabalhem com uma certa regularidade. Entre estes muitos são de famílias de posses, cresceram num meio instruído e podem dar-se ao luxo de fazer viagens de estudo, ir a concertos, ao teatro, visitar outros países. Depois há os outros: Estudantes que porventura trabalham e passam o dia numa repartição pública duma pequena cidade de província com poucos habitantes, onde apenas existem papelarias que também vendem livros. Há estudantes que, desiludidos com a universidade, optaram pela carreira política e seguem um outro tipo de formação, mas que mais cedo ou mais tarde terão obrigatoriamente de fazer e defender uma tese. Estudantes de famílias com poucos recursos que, tendo de optar por um exame, fazem as contas ao custo dos vários testes obrigatórios e, entre o que fica mais caro e o mais barato, optam por este último. Estudantes a quem nunca lhes foi explicado como procurar um livro na biblioteca e em qual, e que muitas vezes nem sabem que podem encontrar livros na biblioteca da sua cidade ou ignoram como se preenche uma ficha para os requisitar. Os conselhos deste livro valem especialmente para todos esses estudantes, bem como para um estudante da escola secundária que se prepara para ir para a universidade e pretende perceber como funciona a alquimia da tese.

A todos eles, este livro sugere pelo menos duas coisas:

- Podemos fazer uma tese com dignidade mesmo nos encontrando numa situação difícil e sentindo discriminações passadas ou recentes;*
- Podemos usar a oportunidade da tese (mesmo que o resto do tempo passado na universidade tenha sido uma desilusão ou frustração) para recuperar o sentido positivo e progressivo do estudo, não entendido como recolha de noções mas como elaboração crítica duma experiência, como aquisição duma capacidade (boa para a vida futura) para individualizar os problemas, para os enfrentar com método, para os expor segundo certas técnicas de comunicação.*

3. Dito isto, deve ficar claro que este livro não pretende explicar «como se faz a pesquisa científica» nem constitui uma discussão teórico-crítica sobre o valor do estudo. Contém apenas uma série de considerações sobre como se consegue apresentar a um júri de teses de licenciatura um objeto físico, prescrito na lei e composto por uma determinada quantidade de páginas não manuscritas, que se supõe ter alguma relação com a disciplina escolhida para a elaboração da tese e que não deixe o relator num estado de dolorosa perplexidade.

Deve ficar claro que este livro não poderá dizer-vos o que incluir na tese. Isso é da vossa conta. O livro dir-vos-á: (1) o que se entende por tese de licenciatura; (2) como escolher o tema e organizar os tempos de trabalho; (3) como conduzir uma pesquisa bibliográfica; (4) como organizar o material encontrado; (5) como apresentar graficamente o trabalho desenvolvido. E é natural que a parte com maior nível de precisão seja exatamente esta última que pode parecer a menos importante: porque é a única para a qual existem regras bastante rígidas.

4. Cesare Segre leu o texto e deu-me conselhos. Segui muitos deles mas quanto a outros teimeei em manter as minhas posições, pelo que ele não é responsável pelo produto final. Naturalmente que lhe estou grato de todo o coração.

5. O texto que se segue diz obviamente respeito a alunos e alunas, tal como respeita a professores e professoras. Como não temos termos neutros que sirvam para indicar ambos os sexos (os americanos têm vindo a usar «person», mas seria ridículo dizer «a pessoa estudante» ou «a pessoa candidata») limito-me a falar sempre de estudante, candidato, professor e relator. Sem que este uso gramatical esconda uma discriminação sexista.*

* Poderiam então perguntar-me por que motivo não usei sempre aluna, professora, etc. É porque trabalhava baseando-me em recordações e experiências pessoais e assim identificava-me melhor.

6. Após a publicação deste livro, aconteceram-me coisas bastante estranhas. De vez em quando, por exemplo, recebia cartas de algum estudante que me escrevia: «tenho de fazer uma tese sobre o assunto tal e tal» (e asseguro-vos que o leque dos assuntos é muitíssimo vasto, e perante alguns sinto uma sensação de desfasamento), «teria a gentileza de me enviar uma bibliografia completa de modo a que eu consiga prosseguir o meu trabalho?» Evidentemente que quem escreve não percebeu o sentido do livro, ou então toma-me por um mago. O livro procura ensinar como trabalhar sozinho, não como e onde ir encontrar, como se costuma dizer, a papinha feita. Além disso, quem me pede uma bibliografia não percebeu que fazer uma bibliografia é um trabalho longo, e se eu tivesse de enviar apenas uma das que me pedem teria de trabalhar alguns meses, pelo menos. Se eu tivesse todo esse tempo à disposição, juro que saberia como gastá-lo melhor.

7. Mas a coisa mais curiosa que já me aconteceu, e quero contá-la, diz respeito a uma página deste livro. Trata-se do capítulo IV.2.4., «A humildade científica». Se o lerem, verão que eu procurava demonstrar que não se deve desprezar nenhum contributo porque nem sempre as ideias melhores nos vêm dos autores mais importantes. E contava a história que me tinha acontecido quando, estando eu a fazer a minha tese de licenciatura, encontrei uma ideia decisiva, que me resolvera um problema teórico complicado, precisamente num livrinho com pouca originalidade escrito em 1887, por um tal abade Vallet, e que encontrei por acaso num quiosque.

Depois de o meu livro ter sido publicado, Beniamino Placido escreveu sobre ele uma agradável crítica no jornal Reppublica (22 de setembro de 1977). Aí, ele dizia mais ou menos que eu tinha apresentado a aventura da pesquisa como a vivência dum personagem de um conto, perdido no bosque, e que (como acontece nos contos e como foi teorizado por W.J. Propp) a dada altura encontra um Doador que lhe fornece uma Chave Mágica. A interpretação de Placido não era pois muito bizarra, a pesquisa é sempre uma aventura, porém Placido dava a entender que, para contar a minha história, eu tinha inventado o abade Vallet. Quando tempos depois encontrei Placido, disse-lhe:

«Estás enganado, o abade Vallet existe, ou antes, existiu, e eu ainda tenho o livro dele em casa; há mais de vinte anos que não voltei a abri-lo mas ainda me recordo, porque tenho uma boa memória visual, da página em que encontrei aquela ideia, e do sinal vermelho com ponto de exclamação que fiz na margem. Vem a minha casa e eu mostrar-te-ei esse famigerado livro desse famigerado abade Vallet.»

Dito e feito, fomos à minha casa, tomámos dois uísques, eu subi a um escadote para chegar à alta estante onde desde os últimos vinte anos, segundo me lembrava, repousava o livro fatal. Encontrei-o, sacudi-lhe o pó, voltei a abri-lo com uma certa emoção, fui à procura da página igualmente fatal. E achei-a, com o seu belo ponto de exclamação na margem.

Mostrei a página a Placido, e depois li-lhe o trecho que tanto me tinha ajudado. Li-o, reli-o duas vezes, e fiquei estupefacto. O abade Vallet nunca formulara a ideia que eu lhe tinha atribuído, ou seja, nunca tinha feito aquela conexão (que tão brilhante me parecera) entre teoria das ideias e teoria da beleza.

O que acontecera foi que, lendo Vallet (que falava de outra coisa), e incentivado de algum modo misterioso por aquilo que ele estava a dizer, a mim viera-me à mente aquela ideia e, concentrado como estava no texto que ia sublinhando, atribuí a ideia a Vallet. E durante mais de vinte anos senti-me reconhecido ao velho abade por algo que ele na realidade não me dera. A Chave Mágica tinha sido eu que a fabricara sozinho.

Mas é mesmo assim? Cabe-me efetivamente a mim o mérito daquela ideia? Se eu não tivesse lido Vallet, a ideia não me teria ocorrido. Daquela ideia ele não foi talvez o pai, mas foi, por assim dizer, o obstetra. Não me tinha oferecido nada, mas tinha-me preparado a mente, de certo modo tinha-me estimulado a pensar. Não será isto que se pede (também) a um mestre? Que nos estimule a encontrar ideias?

Tornando a pensar no assunto, apercebi-me de que muitas vezes, no decurso das minhas leituras, eu tinha atribuído a outros ideias que eles me haviam apenas encorajado a procurar; e muitas outras vezes fiquei convencido de que uma dada ideia era minha e, em vez disso, ao rever um livro qualquer, lido muitos anos antes, descobria que a ideia,

ou o seu núcleo, me viera a partir de determinado autor. Convenci-me por um crédito (não devido), atribuído a Vallet, de quantos débitos me esquecera de pagar... Creio que o sentido desta história, não dissonante dos outros textos deste meu livro, é que a aventura da pesquisa é misteriosa, apaixonante, e reserva muitas surpresas. Nela entra em jogo não um indivíduo mas toda uma cultura, e por vezes as ideias viajam sozinhas, migram, desaparecem e voltam a surgir, e o mesmo lhes acontece como às anedotas, que vão melhorando cada vez mais sempre que alguém as conta.

Decidi portanto que devia manter o meu reconhecimento ao abade Vallet, e precisamente porque ele tinha sido um verdadeiro Doador Mágico. Por isso — e talvez algum dos meus leitores tenha reparado — apresentei-o como personagem principal do meu romance O Nome da Rosa, citando-o na segunda linha da introdução, desta vez realmente doador, muito misterioso e mágico, dum manuscrito perdido, e símbolo duma biblioteca onde os livros falam uns com os outros.

Não sei bem qual é a moral desta história, mas sei que pelo menos é uma história, e muito bonita. Desejo aos meus leitores que encontrem no decurso da sua vida muitos abades Vallet, e faço votos para que eu próprio me torne o abade Vallet de alguém.

Milão, fevereiro de 1985

I. O QUE É UMA TESE E PARA QUE SERVE

I.1. Porque se deve fazer uma tese e o que é

Uma tese é um trabalho datilografado, de grandeza média, variável entre as cem e as quatrocentas páginas, em que o estudante trata um problema respeitante à área de estudos em que se quer formar. Segundo a lei italiana, ela é indispensável. Após ter terminado todos os exames obrigatórios, o estudante apresenta a tese perante um júri que ouve a informação do orientador (o professor com quem «se faz» a tese) e do ou dos arguentes, os quais levantam objeções ao candidato; daí nasce uma discussão na qual tomam parte os outros membros do júri. Das palavras dos dois arguentes, que abonam sobre a qualidade (ou os defeitos) do trabalho escrito, e capacidade que o candidato demonstra na defesa das opiniões expressas por escrito, nasce o parecer do júri. Calculando ainda a média geral das notas obtidas nos exames, o júri atribui uma nota à tese, que pode ir dum mínimo de sessenta e seis até um máximo de cento e dez, louvor e menção honrosa. Esta é pelo menos a regra seguida na quase totalidade das faculdades de estudos humanísticos.

Uma vez descritas as características «externas» do texto e o ritual em que se insere, não se disse ainda muito sobre a natureza da tese. Em primeiro lugar, por que motivo as universidades italianas exigem, como condição de licenciatura, uma tese?

Repare-se que este critério não é seguido na maior parte das universidades estrangeiras. Nalgumas existem vários níveis de graus académicos que podem ser obtidos sem tese; noutras existe um primeiro nível, correspondente *grosso modo* à nossa licenciatura, que

não dá direito ao título de «doutor» e que pode ser obtido quer com a simples série de exames, quer com um trabalho escrito de pretensões mais modestas; noutras existem diversos níveis de doutoramento que exigem trabalhos de diferente complexidade... Mas geralmente a tese propriamente dita é reservada a uma espécie de superlicenciatura, o *doutoramento*, ao qual se propõem apenas aqueles que querem aperfeiçoar-se e especializar-se como investigadores científicos. Este tipo de doutoramento tem vários nomes, mas indicá-lo-emos daqui em diante por uma sigla anglo-saxónica de uso quase internacional, PhD (que significa *Philosophy Doctor*, Doutor em Filosofia, mas que designa todos os tipos de doutores em matérias humanísticas, desde o sociólogo até ao professor de grego; nas matérias não humanísticas são utilizadas outras siglas, como, por exemplo, MD, *Medicine Doctor*).

Por sua vez, ao PhD contrapõe-se algo muito afim à nossa licenciatura e que indicaremos doravante por licenciatura.

A licenciatura, nas suas várias formas, destina-se ao exercício da profissão; pelo contrário, o PhD destina-se à atividade académica, o que quer dizer que quem obtém um PhD segue quase sempre a carreira universitária.

Nas universidades deste tipo, a tese é sempre de PhD, tese de doutoramento, e constitui um trabalho *original* de investigação, com o qual o candidato deve demonstrar ser um estudioso capaz de fazer progredir a disciplina a que se dedica. E efetivamente não se faz, como a nossa tese de licenciatura, aos vinte e dois anos, mas numa idade mais avançada, por vezes mesmo aos quarenta ou cinquenta anos (ainda que, obviamente, haja PhD muito jovens). Porquê tanto tempo? Porque se trata precisamente de investigação *original*, em que é necessário saber com segurança aquilo que disseram sobre o mesmo assunto outros estudiosos, mas em que é preciso sobretudo «descobrir» qualquer coisa que os outros ainda não tenham dito. Quando se fala de «descoberta», especialmente no domínio dos estudos humanísticos, não estamos a pensar em inventos revolucionários como a descoberta da divisão do átomo, a teoria da relatividade ou um medicamento que cure o cancro: podem ser descobertas modestas, sendo também considerado um resultado «científico» um novo modo de ler e compreender um texto

clássico, a caracterização de um manuscrito que lança uma nova luz sobre a biografia de um autor, uma reorganização e uma releitura de estudos anteriores conducentes ao amadurecimento e sistematização das ideias que se encontravam dispersas noutros textos. Em todo o caso, o estudioso deve produzir um trabalho que, em teoria, os outros estudiosos do ramo não deveriam ignorar, porque diz algo de novo (cf. II.6.1.).

A tese à italiana será do mesmo tipo? Não necessariamente. Efetivamente, dado que na maior parte dos casos é elaborada entre os vinte e dois e os vinte e quatro anos, enquanto ainda se fazem os exames universitários, não pode representar a conclusão de um longo e refletido trabalho, a prova de um amadurecimento completo. No entanto, sucede que há teses de licenciatura (feitas por estudantes particularmente dotados) que são verdadeiras teses de PhD e outras que não atingem esse nível. Nem a universidade o pretende a todo o custo: pode haver uma boa tese que não seja tese de investigação, mas tese de compilação.

Numa tese de compilação o estudante demonstra simplesmente ter examinado criticamente a maior parte da «literatura» existente (ou seja, os trabalhos publicados sobre o assunto) e ter sido capaz de a expor de modo claro, procurando relacionar os vários pontos de vista, oferecendo assim uma inteligente panorâmica, provavelmente útil do ponto de vista informativo mesmo para um especialista do ramo, que, sobre aquele problema particular, jamais tenha efetuado estudos aprofundados.

Eis, pois, uma primeira advertência: *pode fazer-se uma tese de compilação ou uma tese de investigação*; uma tese de «Licenciatura» ou uma tese de «PhD».

Uma tese de investigação é sempre mais longa, fatigante e absorvente: uma tese de compilação pode igualmente ser longa e fatigante (existem trabalhos de compilação que levaram anos e anos) mas, geralmente, pode ser feita em menos tempo e com menor risco.

Também não se pretende dizer que quem faz uma tese de compilação tenha fechado o caminho da investigação; a compilação pode constituir um ato de seriedade por parte do jovem investigador que, antes de começar propriamente a investigação, pretende esclarecer algumas ideias documentando-se bem.

Em contrapartida, existem teses que pretendem ser de investigação e que, pelo contrário, são feitas à pressa; são más teses que irritam quem as lê e que de modo nenhum servem quem as fez.

Assim, a escolha entre tese de compilação e tese de investigação está ligada à maturidade e à capacidade de trabalho do candidato. Muitas vezes — infelizmente — está também ligada a fatores económicos, uma vez que um estudante-trabalhador terá com certeza menos tempo, menos energia e frequentemente menos dinheiro para se dedicar a longas investigações (que muitas vezes implicam a aquisição de livros raros e dispendiosos, viagens a centros ou bibliotecas estrangeiras e assim por diante).

Infelizmente não podemos dar neste livro conselhos de ordem económica. Até há pouco tempo, no mundo inteiro, investigar era privilégio dos estudantes ricos. Também não se pode dizer que hoje em dia a simples existência de bolsas de estudo, bolsas de viagem e subsídios para estadias em universidades estrangeiras resolva a questão a contento de todos. O ideal é o de uma sociedade mais justa em que estudar seja um trabalho pago pelo Estado, em que seja pago quem quer que tenha uma verdadeira vocação para o estudo e em que não seja necessário ter a todo o custo o «canudo» para conseguir emprego, obter uma promoção ou passar à frente dos outros num concurso.

Mas o ensino superior italiano, e a sociedade que ele reflete, é por agora aquilo que é; só nos resta fazer votos para que os estudantes de todas as classes possam frequentá-lo sem se sujeitarem a sacrifícios angustiantes, e passar a explicar de quantas maneiras se pode fazer uma tese digna, calculando o tempo e as energias disponíveis e também a vocação de cada um.

I.2. A quem interessa este livro

Nestas condições, devemos pensar que há muitos estudantes *obrigados* a fazer uma tese, para poderem licenciar-se à pressa e alcançar provavelmente o estatuto que tinham em vista quanto se inscreveram na universidade. Alguns destes estudantes chegam a ter quarenta anos. Estes pretenderão, pois, instruções sobre como fazer uma tese num

mês, de modo a poderem ter uma nota qualquer e deixar a universidade. Devemos dizer sem reboço que este livro não é para eles. Se estas são as suas necessidades, se são vítimas de uma legislação paradoxal que os obriga a diplomar-se para resolver dolorosas questões económicas, é preferível optarem por uma das seguintes vias: (1) investir um montante razoável para encomendar a tese a alguém; (2) copiar uma tese já feita alguns anos antes noutra universidade (não convém copiar uma obra já publicada, mesmo numa língua estrangeira, dado que se o docente estiver minimamente informado, já deverá saber da sua existência; mas copiar em Milão uma tese feita em Catânia oferece razoáveis possibilidades de êxito; naturalmente, é necessário informar-se primeiro se o orientador da tese, antes de ensinar em Milão não terá ensinado em Catânia; e, por isso mesmo, copiar uma tese implica um inteligente trabalho de investigação).

Evidentemente, os dois conselhos que acabámos de dar são ilegais. Seria o mesmo que dizer «se te apresentares ferido no posto de socorros e o médico não quiser examinar-te, aponta-lhe uma faca à garganta». Em ambos os casos, trata-se de atos de desespero. O nosso conselho foi dado a título paradoxal para reforçar o facto de este livro não pretender resolver graves problemas de estrutura social e de ordenamento jurídico existente.

Este livro dirige-se, portanto, àqueles que (mesmo sem serem milionários nem terem à sua disposição dez anos para se diplomarem após terem viajado por todo o mundo) têm uma razoável possibilidade de dedicar algumas horas por dia ao estudo e querem preparar uma tese que lhes dê também uma certa satisfação intelectual e lhes sirva depois da licenciatura. E que, portanto, fixados os limites, mesmo modestos, do seu projeto, queiram fazer um trabalho sério. Até uma recolha de cromos pode fazer-se de um modo sério: basta fixar o tema da recolha, os critérios de catalogação e os limites históricos da recolha. Se se decide não remontar além de 1960, ótimo, porque desde 1960 até hoje existem todos os cromos. Haverá sempre uma diferença entre esta recolha e o Museu do Louvre, mas é preferível, em vez de um museu pouco sério, fazer uma recolha séria de cromos de jogadores de futebol de 1960 a 1970.

Este critério é igualmente válido para uma tese de licenciatura.

I.3. De que modo uma tese serve também para depois da licenciatura

Há duas maneiras de fazer uma tese que sirva também para depois da licenciatura. A primeira é fazer da tese o início de uma investigação mais ampla que prosseguirá nos anos seguintes se, evidentemente, houver a oportunidade e a vontade para tal.

Mas existe ainda uma segunda maneira, segundo a qual um diretor de um organismo de turismo local será ajudado na sua profissão pelo facto de ter elaborado uma tese sobre *Do «Fermo a Lucia» aos «Promessi Sposi»*. Efetivamente, fazer uma tese significa: (1) escolher um tema preciso; (2) recolher documentos sobre esse tema; (3) pôr em ordem esses documentos; (4) reexaminar o tema em primeira mão, à luz dos documentos recolhidos; (5) dar uma forma orgânica a todas as reflexões precedentes; (6) proceder de modo que quem lê perceba o que se quer dizer e fique em condições, se for necessário, de voltar aos mesmos documentos para retomar o tema por sua conta.

Fazer uma tese significa, pois, aprender a pôr ordem nas próprias ideias e a ordenar dados: é uma experiência de trabalho metódico; quer dizer, construir um «objeto» que, em princípio, sirva também para outros. E deste modo *não importa tanto o tema da tese quanto a experiência de trabalho que ela comporta*. Quem soube documentar-se sobre a dupla redação do romance de Manzoni, saberá depois também recolher com método os dados que lhe servirão para o organismo turístico. Quem escreve já publicou uma dezena de livros sobre temas diversos, mas se conseguiu fazer os últimos nove é porque aproveitou sobretudo a experiência do primeiro, que era uma reelaboração da tese de licenciatura. Sem aquele primeiro trabalho não teria aprendido a fazer os outros. E, tanto nos aspetos positivos como nos negativos, os outros refletem ainda o modo como se fez o primeiro. Com o tempo tornamo-nos provavelmente mais maduros, conhecemos mais as coisas, mas a maneira como trabalhamos nas coisas que sabemos dependerá sempre do modo como estudámos inicialmente muitas coisas que não sabíamos.

Em última análise, fazer uma tese é como exercitar a memória. Temos uma boa memória em velhos se a mantivemos em exercício

desde muito jovens. E não importa se ela se exercitou aprendendo de cor a composição de todas as equipas da Primeira Divisão, as poesias de Carducci ou a série de imperadores romanos de Augusto a Rómulo Augusto. Bem entendido, já que se exercita a memória, mais vale aprender coisas que nos interessam ou que venham a servir-nos; mas, por vezes, mesmo aprender coisas inúteis constitui uma boa ginástica. E, assim, embora seja melhor fazer uma tese sobre um tema que nos agrada, o tema é secundário relativamente ao método de trabalho e à experiência que dele se tira.

E isto também porque, se se trabalhar bem, não há nenhum tema que seja verdadeiramente estúpido: a trabalhar bem tiram-se conclusões úteis mesmo de um tema aparentemente remoto ou periférico. Marx não fez a tese sobre economia política, mas sobre dois filósofos gregos como Epicuro e Demócrito. E não se tratou de um acidente. Marx foi talvez capaz de analisar os problemas da história e da economia com a energia teórica que sabemos precisamente porque aprendeu a refletir sobre os seus filósofos gregos. Perante tantos estudantes que começam com uma tese ambiciosíssima sobre Marx e acabam na secção de pessoal das grandes empresas capitalistas, é necessário rever os conceitos que se têm sobre a utilidade, a atualidade e o interesse dos temas das teses.

I.4. Quatro regras óbvias

Há casos em que o candidato faz a tese sobre um tema imposto pelo docente. Tais casos devem evitar-se.

Não estamos a referir-nos, evidentemente, aos casos em que o candidato pede conselho ao docente, mas sim àqueles em que a culpa é do professor (ver II.7., «Como evitar deixar-se explorar pelo orientador») ou àqueles em que a culpa é do candidato, desinteressado de tudo e disposto a fazer mal qualquer coisa para se despachar depressa.

Ocupar-nos-emos, pelo contrário, dos casos em que se pressupõe a existência de um candidato movido por um interesse qualquer e de um docente disposto a interpretar as suas exigências.

Nestes casos, as regras para a escolha do tema são quatro:

- 1) *Que o tema corresponda aos interesses do candidato* (quer esteja relacionado com o tipo de exames feitos, com as suas leituras, com o seu mundo político, cultural ou religioso);
- 2) *Que as fontes a que recorre sejam acessíveis*, o que quer dizer que estejam ao alcance material do candidato;
- 3) *Que as fontes a que recorre sejam manuseáveis*, o que quer dizer que estejam ao alcance cultural do candidato;
- 4) *Que o quadro metodológico da investigação esteja ao alcance da experiência do candidato.*

Expressas desta maneira, estas quatro regras parecem banais e resumem-se na norma seguinte: quem quer fazer uma tese deve fazer uma tese que seja capaz de fazer. Pois bem, é mesmo assim, e há casos de teses dramaticamente falhadas justamente porque não se soube pôr o problema inicial nestes termos tão óbvios¹.

Os capítulos que se seguem tentarão fornecer algumas sugestões para que a tese a fazer seja uma tese que se saiba e possa fazer.

¹ Poderíamos acrescentar uma quinta regra: que o professor seja o indicado. Efetivamente, há candidatos que, por razões de simpatia ou de preguiça, querem fazer com o docente da matéria A uma tese que, na verdade, é da matéria B. O docente aceita (por simpatia, vaidade ou desatenção) e depois não está em condições de acompanhar a tese.